



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – Órgão Superior

Brasília-DF
Dezembro/2024

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
NOTAS EXPLICATIVAS.....	19
BALANÇO PATRIMONIAL.....	23
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS.....	23
NOTA 03 - IMOBILIZADO.....	24
NOTA 04 - INTANGÍVEL.....	25
NOTA 05 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	25
NOTA 06 – DEMAIS OBRIGAÇÕES	25
NOTA 07 – TRANSFERÊNCIAS FISCAIS	26
NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	27
NOTA 09 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	27

MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Macaé Maria Evaristo Dos Santos

SECRETÁRIA-EXECUTIVO

Janine Mello Dos Santos

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza

Alexandre Gomes Oliveira

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC foi criado pela Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023, convertida na [lei nº 14.600](#) de 16 de Junho de 2023. O [decreto nº 11.341](#) aprovou a estrutura regimental do MDHC e lhe conferiu as seguintes competências:

I - Políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos:

- a) da pessoa idosa;
- b) da criança e do adolescente;
- c) da pessoa com deficiência;
- d) das pessoas LGBTQIA+;
- e) da população em situação de rua; e
- f) de grupos sociais vulnerabilizados;

II - Articulação de políticas e apoio a iniciativas destinadas à defesa dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais;

III - exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;

IV - Políticas de educação em direitos humanos, para promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e

V - Combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) está estruturado em cinco unidades finalísticas: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI); Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA); Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD); Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e Órgãos colegiados.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas. Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

O MDHC foi integrado ao arranjo colaborativo em outubro de 2024. Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSION 22/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	288.078.694,30	211.246.552,28	PASSIVO CIRCULANTE	68.635.570,81	40.895.775,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	168.336.688,21	142.099.792,71	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5.294.987,99	8.587.539,97
Créditos a Curto Prazo	119.738.580,70	69.130.858,28	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	119.738.580,70	69.130.858,28	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	83,81	-
Demais Créditos e Valores	119.871.729,74	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-133.149,04	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	60.623.303,83	29.856.516,74
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.425,39	15.901,29	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.717.195,18	2.451.719,09
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	394.966.576,49	386.082.763,16	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.864.386,29	18.823.158,93	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	14.864.386,29	18.823.158,93	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	14.864.386,29	18.823.158,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	29.478.840,49	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-14.614.454,20	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	68.635.570,81	40.895.775,80
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	614.409.699,98	556.433.539,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	64.397.748,67	35.376.410,69
Imobilizado	353.549.272,21	344.159.460,23	Resultados de Exercícios Anteriores	556.433.539,64	521.637.583,41
Bens Móveis	349.408.215,47	339.850.075,28	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.421.588,33	-580.454,48
Bens Móveis	380.240.710,09	348.358.845,38	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-10.832.494,62	-8.508.770,10	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	614.409.699,98	556.433.539,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.141.056,74	4.309.384,95			
Bens Imóveis	4.148.320,10	4.312.384,31			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.263,36	-2.979,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	26.552.917,99	23.100.144,00			
Softwares	26.552.917,99	23.100.144,00			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 22/01/2025	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Softwares	27.219.267,22	23.766.493,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-668.349,23	-668.349,23			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	683.045.270,79	597.329.315,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	683.045.270,79	597.329.315,44

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	168.336.688,21	142.099.792,71	PASSIVO FINANCEIRO	282.786.739,96	306.830.232,27
ATIVO PERMANENTE	514.708.582,58	455.229.522,73	PASSIVO PERMANENTE	2.031.264,11	7.764.542,31
			SALDO PATRIMONIAL	398.227.266,72	282.734.540,86

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	79.870.538,82	84.227.871,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	891.919.069,77	830.694.822,64
Atos Potenciais Ativos	79.870.538,82	84.227.871,14	Atos Potenciais Passivos	891.919.069,77	830.694.822,64
Garantias e Contragarantias Recebidas	79.170.538,82	82.527.871,14	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	700.000,00	1.700.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	417.979.497,85	324.129.882,72
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	473.939.571,92	508.564.959,92
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	79.870.538,82	84.227.871,14	TOTAL	891.919.069,77	830.694.822,64

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-174.281.235,39



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCICIO 2024	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 22/01/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	59.831.183,64
Seguridade Social (Exceto Previdência)	53.178.738,35
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-7.912.608,45
Fundos, Órgãos e Programas	14.585.053,74
TOTAL	-114.450.051,75



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS ECIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA EFUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS ECIDADANIA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	543.007.418,07	429.805.872,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	30.355,44	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	30.355,44	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	19.418.645,31	14.256.623,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	882.251,48	-
Variações Monetárias e Cambiais	5.226.044,98	1.302.082,40
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	13.310.348,85	12.954.541,44
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	433.997.578,37	378.783.793,97
Transferências Intragovernamentais	428.091.757,50	372.378.097,31
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	205.572,67	21.413,95
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	5.602.173,78	6.109.586,80
Outras Transferências e Delegações Recebidas	98.074,42	274.695,91



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO 81000 - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR 81000 - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO DEZ (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	67.189.809,75	25.663.280,96
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	67.023.597,11	25.662.233,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos	166.212,64	1.047,85
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.371.029,20	11.102.173,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22.371.029,20	11.102.173,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	478.609.669,40	394.429.461,33
Pessoal e Encargos	41.187.086,96	68.859.145,68
Remuneração a Pessoal	23.343.247,36	40.758.103,33
Encargos Patronais	3.311.643,55	6.036.196,87
Benefícios a Pessoal	3.811.677,66	7.810.167,71
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.720.518,39	14.254.677,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	143.624,92	131.264,68
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	143.624,92	131.264,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	151.229.161,02	132.110.761,81
Uso de Material de Consumo	52.509,16	20.167,90
Serviços	148.286.153,47	129.124.338,82
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.890.498,39	2.966.255,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO DEZ (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.409,54	7,62
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.409,54	7,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	251.877.132,01	144.536.606,12
Transferências Intragovernamentais	29.473.782,10	12.725.508,98
Transferências Intergovernamentais	219.547.714,01	131.784.345,07
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.508,94	9.871,67
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.854.126,96	16.880,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.289.039,01	12.684.872,10
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.480.631,36	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	20.756,60	70.617,69
Incorporação de Passivos	1.000.433,49	500.000,00
Desincorporação de Ativos	16.787.217,56	12.114.254,41
Tributárias	70.823,06	52.526,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.312,00	1.831,00
Contribuições	68.511,06	50.695,51



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS ECIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA EFUNDOS
ORGÃO SUPERIOR 81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS ECIDADANIA
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2025
VALORES EM UNIDADES DEREAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.808.392,88	36.054.276,81
Premiações	5.350.083,81	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	10.377,36
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.458.309,07	36.043.899,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	64.397.748,67	35.376.410,69

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2024	2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSÃO 22/01/2025	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.140.503,25	44.373.740,48
INGRESSOS	1.017.500.896,27	794.303.944,15
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	1.873.949,64	1.974.986,42
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	13.368.851,70	13.029.630,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-700,89	-
Transferências Recebidas	5.807.847,79	6.131.000,75
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	5.807.847,79	6.131.000,75
Outros Ingressos Operacionais	996.450.948,03	773.168.326,60
Ingressos Extraorçamentários	1.503.996,64	1.388.331,14
Transferências Financeiras Recebidas	978.391.080,31	762.841.239,10
Arrecadação de Outra Unidade	16.555.871,08	8.938.756,36
DESEMBOLSOS	-972.360.393,02	-749.930.203,67
Pessoal e Demais Despesas	-182.720.456,01	-223.726.321,81
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-1.303,53	-
Administração	-1.022.892,16	-13.748,50
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-714,28	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-39.421,83	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-174.217.754,99	-187.705.036,17
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCICIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSAO 22/01/2025	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2024	2023
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-13.381,20
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.438.369,22	-35.993.735,94
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-420,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-194.131.765,01	-108.651.021,33
Intergovernamentais	-73.903.733,83	-53.901.857,83
A Estados e/ou Distrito Federal	-69.553.592,31	-51.886.979,75
A Municípios	-4.350.141,52	-2.214.878,08
Intragovernamentais	-3.415.598,12	-8.345.224,20
Outras Transferências Concedidas	-116.812.435,06	-48.403.939,30
Outros Desembolsos Operacionais	-595.508.172,00	-417.552.860,53
Dispêndios Extraorçamentários	-1.394.945,53	-1.388.330,20
Transferências Financeiras Concedidas	-579.525.698,82	-410.707.298,80
Demais Pagamentos	-14.587.529,65	-5.457.231,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-18.903.607,75	-35.622.616,60
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-18.903.607,75	-35.622.616,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.455.323,51	-31.997.953,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.448.284,24	-3.624.663,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.236.895,50	8.751.123,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	142.099.792,71	133.348.668,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	168.336.688,21	142.099.792,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

EMISSÃO
22/01/2025

PÁGINA
1

SUBTÍTULO
81000 - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	18.053.651,00	18.053.651,00	21.049.948,24	2.996.297,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	3.004.758,00	3.004.758,00	1.873.949,64	-1.130.808,36
Contribuições Sociais	3.004.758,00	3.004.758,00	1.873.949,64	-1.130.808,36
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	12.836.836,00	12.836.836,00	13.368.851,70	532.015,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	12.836.836,00	12.836.836,00	13.368.851,70	532.015,70
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	2.212.057,00	2.212.057,00	5.807.847,79	3.595.790,79
Outras Receitas Correntes	-	-	-700,89	-700,89
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-700,89	-700,89
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSION 22/01/2025	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	18.053.651,00	18.053.651,00	21.049.948,24	2.996.297,24
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	18.053.651,00	18.053.651,00	21.049.948,24	2.996.297,24
DEFICIT	-	-	400.556.011,03	400.556.011,03
TOTAL	18.053.651,00	18.053.651,00	421.605.959,27	403.552.308,27
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-1.584.706,00	-	1.584.706,00
Superavit Financeiro	-	21.000.000,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-22.584.706,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	452.196.346,00	462.513.642,00	393.938.520,67	256.668.013,99	253.555.493,09	68.575.121,33
Pessoal e Encargos Sociais	52.384.544,00	46.138.705,00	35.150.082,34	32.615.256,06	30.513.551,38	10.988.622,66
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	399.811.802,00	416.374.937,00	358.788.438,33	224.052.757,93	223.041.941,71	57.586.498,67
DESPESAS DE CAPITAL	50.383.321,00	38.481.319,00	27.667.438,60	11.048.847,35	11.022.517,60	10.813.880,40
Investimentos	50.383.321,00	38.481.319,00	27.667.438,60	11.048.847,35	11.022.517,60	10.813.880,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	502.579.667,00	500.994.961,00	421.605.959,27	267.716.861,34	264.578.010,69	79.389.001,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	502.579.667,00	500.994.961,00	421.605.959,27	267.716.861,34	264.578.010,69	79.389.001,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCICIO 2024	PERIODO DEZ(Enoerrado)
EMISSAO 22/01/2025	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	502.579.667,00	500.994.961,00	421.605.959,27	267.716.861,34	264.578.010,69	79.389.001,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	66.285.659,74	124.255.649,61	104.022.840,82	103.050.657,84	37.890.191,79	49.600.459,72
Pessoal e Encargos Sociais	5.822.606,38	5.220.706,10	1.189.846,85	1.189.846,85	4.072.444,76	5.781.020,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.463.053,36	119.034.943,51	102.832.993,97	101.860.810,99	33.817.747,03	43.819.438,85
DESPESAS DE CAPITAL	44.015.695,42	35.272.236,01	54.076.918,20	24.334.336,87	8.241.459,38	46.712.135,18
Investimentos	44.015.695,42	35.272.236,01	54.076.918,20	24.334.336,87	8.241.459,38	46.712.135,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	110.301.355,16	159.527.885,62	158.099.759,02	127.384.994,71	46.131.651,17	96.312.594,90

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	3.799.087,48	3.792.823,37	6.264,11	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.193.250,94	3.188.334,11	4.916,83	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	605.836,54	604.489,26	1.347,28	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	29.331.516,74	-	-	29.331.516,74
Investimentos	-	29.331.516,74	-	-	29.331.516,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	33.130.604,22	3.792.823,37	6.264,11	29.331.516,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSION 22/01/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	21.049.948,24	21.135.617,55	Despesas Orçamentárias	421.605.959,27	404.891.319,26
Ordinárias	-	-	Ordinárias	414.711.578,19	288.151.517,53
Vinculadas	21.155.595,89	21.147.048,44	Vinculadas	6.894.381,08	116.739.801,73
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	14.985.178,69	14.777.679,44	Seguridade Social (Exoeto Previdência)	5.601.221,29	7.955.660,11
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.170.417,20	6.369.369,00	Dívida Pública	-	108.558.672,42
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-105.647,65	-11.430,89	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.203.150,79	2.225.439,20
Transferências Financeiras Recebidas	978.391.080,31	762.841.239,10	Transferências Financeiras Concedidas	579.525.696,82	410.707.298,80
Resultantes da Execução Orçamentária	602.033.248,96	506.571.007,22	Resultantes da Execução Orçamentária	349.621.157,17	278.804.112,32
Cota Recebida	279.152.800,19	232.229.771,52	Repasso Concedido	53.504.535,72	31.681.698,17
Repasso Recebido	26.763.827,32	27.418.821,55	Sub-repasso Concedido	296.112.725,46	244.329.092,65
Sub-repasso Recebido	296.112.725,46	244.329.092,65	Sub-repasso Devolvido	3.895,99	2.593.321,50
Sub-repasso Devolvido	3.895,99	2.593.321,50	Independentes da Execução Orçamentária	229.904.539,65	132.103.188,48
Independentes da Execução Orçamentária	376.357.831,35	256.270.231,88	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	211.089.736,25	120.595.573,10
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	380.028.693,56	253.132.650,34	Demais Transferências Concedidas	292.367,76	25.493,49
Demais Transferências Recebidas	288.297,62	118.094,01	Movimento de Saldos Patrimoniais	18.522.435,64	11.482.119,89
Movimentação de Saldos Patrimoniais	16.040.840,17	3.019.487,53	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	175.087.816,30	173.630.237,25	Pagamentos Extraorçamentários	147.160.293,26	133.257.351,96
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.138.850,65	3.775.264,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.792.823,37	9.153.070,03
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	153.889.097,93	159.527.885,62	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	127.384.994,71	117.258.300,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.503.996,64	1.388.331,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.394.945,53	1.388.330,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	16.555.871,08	8.938.756,36	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.587.529,85	5.457.651,53
Arrecadação de Outra Unidade	16.555.871,08	8.938.756,36	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	420,00
			Demais Pagamentos	14.587.529,85	5.457.231,53
Saldo do Exercício Anterior	142.099.792,71	133.348.668,83	Saldo para o Exercício Seguinte	168.336.688,21	142.099.792,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	142.099.792,71	133.348.668,83	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.336.688,21	142.099.792,71
TOTAL	1.316.628.637,56	1.090.955.762,73	TOTAL	1.316.628.637,56	1.090.955.762,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS
SUBTÍTULO	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA
ORGAO SUPERIOR	81000 - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO DEZ(Enoerrado)
EMISSÃO 06/02/2025	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	521.637.583,41	-	-	521.637.583,41
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-580.454,48	-	-	-580.454,48
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	35.376.410,69	-	-	35.376.410,69
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	-	556.433.539,64	-	-	556.433.539,64

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	-	556.433.539,64	-	-	556.433.539,64
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-6.421.588,33	-	-	-6.421.588,33
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	64.397.748,67	-	-	64.397.748,67
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	-	614.409.699,98	-	-	614.409.699,98

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MDHC.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MDHC administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MDHC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos

para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto e longo prazo relacionados, principalmente, com:

- i. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

E) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo

da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

F) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da

depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

G) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. fornecedores e contas a pagar;
- iii. transferências fiscais;
- iv. demais obrigações.

H) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que

ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Consolidação: Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MDHC, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MDHC porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MDHC:

Gabinete do Ministro

Secretaria Executiva

Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+,

ÓRGÃO SUPERIOR:

Fundo Nacional da Criança e do Adolescente

Fundo Nacional do Idoso.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Órgão		Órgão Superior	
Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Moeda Nacional	31.305.287	12.683.703	168.336.688	142.099.793
Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Total	31.305.287	12.683.703	168.336.688	142.099.793
Circulante	31.305.287	12.683.703	168.336.688	142.099.793
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Órgão		Órgão Superior	
Moeda Nacional	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	-	-	137.030.601	129.411.970
Caixa	31.305.287	12.683.703	31.306.087	12.687.823
Total	31.305.287	12.683.703	168.336.688	142.099.793
Circulante	31.305.287	12.683.703	168.336.688	142.099.793
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos demais grupos) realizáveis no curto e longo prazo.

	Órgão		Órgão Superior	
Demais Créditos e Valores	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento TED	106.012.495	58.136.436	115.729.744	64.753.685
Créditos por Dano ao Patrimônio	22.610.604	11.390.948	31.157.242	19.617.029
Adiantamento de Transferência Legal	1.933.733	-	1.933.733	-
Adiantamento Concedidos a Pessoal	278.632	3.282.247	278.632	3.282.247
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.391	35.391	35.391	35.391
Adiantamento Diversos Concedidos	9.100	-	9.100	-
Demais	-	433	206.729	265.666
Subtotal	130.879.955	72.845.456	149.350.670	87.954.017
(-) Ajuste para Perdas	- 14.747.603	-	- 14.747.603	-
Total	116.132.351	72.845.456	134.602.967	87.954.017

Circulante	109.792.097	62.225.872	119.738.581	69.130.858
Não Circulante	6.340.254	10.619.584	14.864.386	18.823.159

2.1.1 Adiantamento - TED

Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020”.

2.1.2 Créditos por Dano ao Patrimônio

Os Créditos por Dano ao Patrimônio são valores apurados por meio de Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pelo Órgão contra responsáveis pela gestão de recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU. Esses créditos são provenientes de danos ao erário e têm como objetivo o ressarcimento dos valores à administração pública.

O montante registrado corresponde ao valor atualizado de realização, apurado com base na ferramenta Sistema de Atualização de Débito, disponibilizada no portal do TCU. Essa atualização considera os índices oficiais aplicáveis para correção monetária e juros, quando cabíveis.

A atualização dos créditos já contabilizados é feita anualmente, no mês de dezembro, visando refletir de forma precisa o valor recuperável dos bens. Essa prática assegura que os saldos registrados no balanço patrimonial estejam alinhados com as condições econômicas e financeiras vigentes.

A) Ajuste para Perdas – TCE

O Ajuste para Perdas refere-se ao processo de estimativa de redução do valor recuperável dos créditos registrados em função da probabilidade de

inadimplência ou não recuperação desses montantes. Essa prática está em conformidade com os princípios de contabilidade aplicada ao setor público, garantindo a aderência às normas de reconhecimento de ativos.

Conforme a Macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas, no item 6.2: "Para mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...)."

Com base nessa diretriz, o cálculo do Ajuste para Perdas relacionados às Tomadas de Contas Especiais utilizou uma metodologia que considerou a análise histórica, na qual foram avaliados os dados dos últimos três exercícios financeiros para identificar padrões de inadimplência ou recuperação parcial dos créditos registrados. Essa análise é feita considerando o comportamento real dos pagamentos recebidos no período.

Cabe destacar que a metodologia é revisada anualmente, considerando novos dados e mudanças nas condições econômicas, jurídicas ou administrativas que possam impactar a recuperação dos créditos.

NOTA 03 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo	360.240.710	348.356.845	360.240.710	348.356.845
(-) Depreciação	- 10.832.495	- 8.506.770	- 10.832.495	- 8.506.770
(-) Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-
Bens Móveis	349.408.215	339.850.075	349.408.215	339.850.075
Custo	4.146.320	4.312.364	4.146.320	4.312.364
(-) Depreciação	- 5.263	- 2.979	- 5.263	- 2.979
(-) Amortização	-	-	-	-
Bens Imóveis	4.141.057	4.309.385	4.141.057	4.309.385
Total	353.549.272	344.159.460	353.549.272	344.159.460
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	353.549.272	344.159.460	353.549.272	344.159.460

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI.

3.1.1 Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- i. Método das cotas constantes; e
- ii. Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

3.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- i. Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- ii. A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Entretanto, o MDHC ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação dos Bens Móveis registrados no seu ativo.

3.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- i. Cessação total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- ii. Diminui o significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- iii. Dano físico do bem;
- iv. Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- v. Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utiliza o do bem. Essas modifica es incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a opera o no qual ele   utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;
- vi.   decidido interromper a constru o de um bem antes que o mesmo esteja em condi es de uso;
- vii. Há indica o de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

Entretanto, o MDHC ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabiliza o da redu o ao valor recuperável dos bens móveis registrados no seu ativo.

NOTA 04 - INTANGÍVEL

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manuten o da entidade ou exercidos com essa finalidade.

	�rg�o		�rg�o Superior	
Intangível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo	27.219.267	23.766.493	27.219.267	23.766.493
(-) Amortiza�o	- 666.349	- 666.349	- 666.349	- 666.349
Total	26.552.918	23.100.144	26.552.918	23.100.144
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	26.552.918	23.100.144	26.552.918	23.100.144

A metodologia para amortiza o dos bens com vida útil definida tem como base de cáculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cáculo desses encargos, aplicável a toda a Administra o Pública direta, autárquica e fundacional,   o de quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A avalia o de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avalia o continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva.

NOTA 05 - OBRIGA ES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obriga es de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MDHC estão descritas na tabela abaixo.

	�rg�o		�rg�o Superior	
Obriga�es Trabalhistas, Previdenc. e Assist.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários, Remunera�es e Benefícios	5.067.285	1.838.626	5.067.285	1.838.626
INSS - Contribui�o	219.658	-	219.658	-
Benefícios Previdenciários	6.959	2.824	6.959	2.824
PSSS Contribui�o	1.086	-	1.086	-
Décimo Terceiro Salário	-	2.196.982	-	2.196.982
Férias a Pagar	-	4.542.560	-	4.542.560
Contrib. a Entidades de Previdência Complementar	-	6.547	-	6.547
Total	5.294.988	8.587.540	5.294.988	8.587.540
Circulante	5.294.988	8.587.540	5.294.988	8.587.540
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 06 – DEMAIS OBRIGA ES

As Demais Obriga es compreendem as obriga es da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Demais Obrigações	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
TED	1.500.000	500.000	1.500.000	500.000
Consignações	1.105.567	677.672	1.105.567	677.672
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	99.040	-	99.040	-
Devoluções de Convênios	5.488	-	5.488	-
OB Canceladas	2.935	1	2.935	1
Diárias a Pagar	2.576	-	2.576	-
GRU - Valores em Trânsito	1.590	-	1.590	-
Demais	-	1.274.046	-	1.274.046
Total	2.717.195	2.451.719	2.717.195	2.451.719
Circulante	2.717.195	2.451.719	2.717.195	2.451.719
Não Circulante	-	-	-	-

As consignações compreendem, geralmente, aos valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

NOTA 07 – TRANSFERÊNCIAS FISCAIS

Compreendem recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.

Transferências Fiscais	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transferências Discricionárias	60.173.304	29.406.517	60.623.304	29.856.517
Total	60.173.304	29.406.517	60.623.304	29.856.517
Circulante	60.173.304	29.406.517	60.623.304	29.856.517
Não Circulante	-	-	-	-

As Transferências discricionárias registram os valores a serem transferidos que não há obrigatoriedade, por isso, deve-se celebrar um instrumento jurídico (convênios, termo de fomento, acordo de colaboração e contrato de repasse) entre as partes envolvidas, uma concedente e outra beneficiária.

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrim. Social/Cap. Social	-	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-	-
Resultado do Exercício	53.420.383	24.508.280	64.397.749	35.376.411
Result. de Ex. Anteriores	412.358.888	388.431.063	556.433.540	521.637.583
Ações/Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
Ajustes de Ex. Anteriores	- 6.421.588	- 580.454	- 6.421.588	- 580.454
Total	459.357.683	412.358.888	614.409.700	556.433.540

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 09 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **dezembro de 2024** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
VPA	526.819.327	408.724.232	543.007.418	429.805.872
VPD	473.398.943	384.215.952	478.609.669	394.429.461
Total	53.420.383	24.508.279	64.397.749	35.376.411

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MDHC, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil do 4º trimestre de 2024, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	989.227.208	- 555.229.630	433.997.578
Transferências e Delegações Concedidas	807.106.762	- 555.229.630	251.877.132

Demonstração da Variação Patrimonial	31/12/2023	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	782.035.093	- 403.251.299	378.783.794
Transferências e Delegações Concedidas	547.787.905	- 403.251.299	144.536.606

9.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MDHC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

VPA	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transf. e Delegações Recebidas	434.895.452	375.310.759	433.997.578	378.783.794
Valor. Ativos/Desinc. Passivos	63.939.810	22.163.281	67.189.810	25.663.281
Outras VPA	22.015.970	9.948.109	22.371.029	11.102.173
VPA Financeiras	5.937.739	1.302.082	19.418.645	14.256.624
Expl. e Venda Bens/Serviços	30.355	-	30.355	-
Total	526.819.327	408.724.232	543.007.418	429.805.872

9.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MDHC, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VPD	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transf. e Deleg. Concedidas	246.816.406	134.445.463	251.877.132	144.536.606
Uso Bens/Serv./Cons. Capital	151.229.161	132.110.762	151.229.161	132.110.762
Pessoal e Encargos Sociais	41.187.087	68.859.146	41.187.087	68.859.146
Perda Ativos/Incor. Passivos	21.139.039	12.562.506	21.289.039	12.684.872
Outras VPD	12.808.393	36.054.277	12.808.393	36.054.277
Benef. Previd. Assistenciais	143.625	131.265	143.625	131.265
Tributárias	70.823	52.527	70.823	52.527
VPD Financeiras	4.410	8	4.410	8
Total	473.398.943	384.215.952	478.609.669	394.429.461

9.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
VPA Financeiras	5.937.739	1.302.082	19.418.645	14.256.624
VPD Financeiras	- 4.410	- 8	- 4.410	- 8
Total	5.933.330	1.302.075	19.414.236	14.256.616

9.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Detalhamento	Órgão		Órgão Superior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
VPA Não Financeiras	1.065.479.723	807.536.331	1.078.818.403	818.800.547
VPD Não Financeiras	- 1.017.992.670	- 784.330.126	- 1.033.834.890	- 797.680.753
Total	47.487.053	23.206.205	44.983.513	21.119.794